

9

H. S. 9892

Palavras Claras

Razões da intervenção
militar de Portugal *
* na guerra europeia

— RELATÓRIO

Publicado no «Diário do Governo» n.º 9,

1.ª série ◊ de 17 de Janeiro de 1917



Palavras Claras

Razões da intervenção militar de Portugal * * na guerra europeia

RELATÓRIO

Publicado no «Diário do Govêrno» n.º 9,

1.ª série ◊ de 17 de Janeiro de 1917

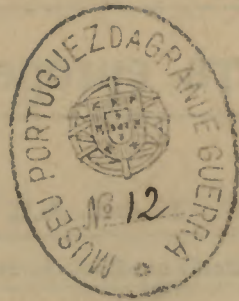


Palavras Chaves

Razões da intervenção

União de Portugal

na guerra



do mesmo barão que...

grande guerra", of.

Patrocínio Biblica

part de 1914

O QUE DIZ O GOVÉRNO DA REPÚBLICA
aos homens de bem do seu país, e para
que as suas palavras ecoem amanhã em
todo o mundo civilizado * * * *



Assinada a convenção entre Portugal e a Gran-Bretanha, para os efeitos da intervenção militar portuguesa na conflagração europeia; chegada a hora de partirem as nossas tropas para as linhas da frente ocidental, onde irão combater junto dos nossos antigos e liais aliados, encerra-se um período que na nossa situação internacional, em presença do grande conflito que se está desenrolando, podemos considerar decisivo. Este facto, para sempre notável na história pátria, significa o termo lógico duma cadeia de acontecimentos que o tornavam inevitável, e é também a resultante duma atitude que, assumida logo no princípio da guerra europeia, o povo português, firme e inalteravelmente, manteve, aceitando, como lhe cumpria, todas as suas possíveis eventualidades.

O país, o mundo inteiro, sabem qual foi sempre essa atitude e conhecem esses acontecimentos. O Governo Português nada ocultou à Nação, de que é representante; nada ocultou a amigos nem a inimigos, e por isso mesmo nada de essencial tem a revelar. A medida que era chegado o momento das resoluções positivas, essas resoluções eram propostas ao Parlamento, submetidas à sanção do seu poder soberano. Cada período que requeria as

suas declarações necessárias e marcava o termo duma fase das negociações diplomáticas, dos acordos entre os dois países que, pela sua velha aliança, estavam e estão intimamente ligados, assinalava-se por essa sanção que o Governo imediatamente solicitava. Com a consciência do dever cumprido, com a segurança de não haver esquecido a fidelidade devida aos compromissos de honra do país, nem o respeito pelos órgãos legítimos da vontade nacional, nem a superior preocupação dos altos interesses da Pátria, o Governo Português considera-se no direito de afirmar que a sua acção neste grave e crítico momento da nossa história foi clara, explícita, franca, desassombrada e digna, como convinha às tradições da gloriosa nacionalidade que representa perante o mundo. Não se envolveu em sombras, não se enleiou em sofismas, não se retraiu, não tergiversou, não hesitou, não se desviou da linha de conduta que, ao ressoarem os primeiros tiros de canhão do prélio gigantesco, serena, mas intrépidamente, resolveu tomar, com a certeza de interpretar fielmente os sentimentos da Nação.

O Governo honrou todos os seus compromissos,
inspirados nos interesses da Nação * *

Quando, findas as negociações internacionais pendentes, Portugal, como os outros países aliados, lhes der o seu remato diplomático, publicando o seu *Livro Branco*, esta verdade reconhecer-se há, sem que nenhuma circunstância, por mínima que seja, possa de qualquer forma invalidar a afirmação produzida, assim como desde já não é lícito a ninguém contestar que a atitude assumida por Portugal foi sempre uma atitude logicamente orientada pelos seus honrados compromissos, pelos seus generosos sentimentos, pelos mais sagrados interesses da nação, e determinada pelas circunstâncias que requeriam a execução desses compromissos, a expressão desses sentimentos, e a salvaguarda desses interesses.

De tudo teve conhecimento o país. Não foi conservado na ignorância de nenhuma das medidas oficiais que o Governo decidiu tomar em relação aos variados incidentes deste período que se abriu com o próprio início da conflagração europeia. Conhece os factos que nos pungem como conhece aqueles que nos nobilitam e compensam.

Mas não há dúvida de que esses factos se dispersam já num lapso de tempo relativamente grande como é também certo que ainda não foram devidamente concatenados, dando-se-lhes a necessária seqüência e ligação. O Governo Português entende que é este o momento azado para a exposição oficial e justificativa dos motivos que levaram o nosso país à situação de guerra em que se encontra. Partem as nossas tropas para a frente ocidental da Europa, onde vão torçar armas com o inimigo, como já em África com elle tem estado e estão em combate. Os soldados portuguezes em toda a parte onde lhes é possível encontrar-se em contacto com o inimigo affrontam os seus golpes e saberão retribuir-lhos. Recordar as razões supromas quo levaram a Pátria a pedir-lhes o seu sacrificio o o seu heroísmo, é um dever a que o Governo Português nunca pensaria eximir-so.

Esta guerra é fundamentalmente de alianças,
e quasi todas as nações nela envolvidas nada
tem com a questão inicial do conflito * *

No dia 9 de Março do 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. Êsto facto tem antecedentes e conseqüentes. Na nota entregue ao Govêrno Português, por ordem do Govêrno Imperial, pelo seu representante em Lisboa, o Sr. Rosen, os motivos dessa resolução são extensamente alegados, ofendendo-se umas vezes propositadamente a verdade dos factos e desnaturando-se noutras a sua precisa significação. São esses antecedentes que convêm fixar na exacta narrativa e no verdadeiro carácter dos acontecimentos o das suas determinantes. A attitude da Alemanha para com Portugal foi durante muito tempo enigmática, dúbia e deslial. A attitude de Portugal para com a Alemanha foi sempre clara, franca e insofismável.

A conflagração europeaia iniciou-se em 28 do Julho do 1914, pela declaração de guerra da Austria à Sérvia, o que determinou a intervenção da Rússia, a qual, fiel aos seus princípios de protocção à raça slava, decidiu não consentir que esse pequeno país fôsse sacrificado às ambições que premeditavam osmagá-lo. Como a Alemanha era aliada da Austria, a Alemanha no dia 2 de Agosto

declarava a guerra à Rússia. É conveniente notar que esta guerra formidável em que hoje catorze povos se debatem é uma guerra fundamentalmente de alianças. Quasi todas essas nações nada tem directamente com a questão inicial do conflito. Lutam pelas suas alianças. Lutam porque compreendem que sem essas alianças a sua existência pode de um momento para o outro periclitar. O isolamento das nações europeias já não é possível sem graves riscos. Ligou-se à França o colosso moscovita. A própria Inglaterra, apesar do seu poderio, dos seus inegualáveis recursos, e da sua privilegiada posição geográfica, renunciou, mercê duma larga visão política, à sua antiga situação internacional, criando, com a França e a Rússia, a *Triple Entente*. Até uma potência asiática, o Japão, procurou na Europa uma aliança, a da Inglaterra. A Turquia e a Bulgária tornaram-se aliadas da Alemanha, levadas a isso pela presente guerra, como a Itália, a Bélgica, a Sérvia, o Montenegro, a Roménia, o são hoje, nas mesmas condições, das potências da *Entente*. Fora desses grupos, mais ou menos recentes, de alianças, só há um país, há séculos aliado da Inglaterra. Esse país é Portugal.

Se esta guerra é de alianças porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, qual poderia ser a situação de Portugal desde que no dia 5 de Agosto de 1914 a Inglaterra, em consequência da violação da neutralidade da Bélgica, se considerou em estado de guerra com a Alemanha? Poderia elle declarar a sua neutralidade? Supô-lo é ignorar fundamentalmente o carácter, as tradições, o espírito e o próprio estado actual da aliança anglo-lusa.

Recorda-se a História e verifica-se que o pacto

internacional entre Portugal e a Inglaterra é

o mais antigo * * * * *

Precisamente, pouco mais de dois anos antes de rebenotar a conflagração, em 15 de Março de 1912, o Sr. Dr. Augusto de Vasconcelos, então Presidente do Ministério e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tivera ensejo de apresentar ao parlamento—em conformidade com os tex-

tos dos tratados em vigor, entre os dois países, até 1815, que o Governo Britânico apresentara à Câmara dos Lords, em Dezembro de 1898 — a codificação das cláusulas desses tratados que há seis séculos ligam a Inglaterra a Portugal. O primeiro desses tratados, que o chefe do Governo Português enumerou, é o de 1373 entre Eduardo, rei de Inglaterra e França, e D. Fernando, rei de Portugal e dos Algarves. Seguem-se os de 1386, 1642, 1654, 1660, 1661, 1703, e o tratado de 1815, de Viena. Por meio das cláusulas essenciais que, em conformidade com esses textos em vigor, apresentados pelo Governo Britânico à Câmara dos Lords, na data referida, se fixaram, os diversos tratados anglo-portugueses, sempre reconhecidos e acatados tanto pela Inglaterra como por Portugal, ficaram constituindo como que um único tratado, actualizando um pacto internacional que é o mais antigo que se tem mantido na Europa e que indissolúvelmente une os dois países. A impressão causada por essa nova e categórica confirmação da aliança foi tam viva que o Parlamento resolveu que o discurso do chefe do Governo, em que ela se continha, fôsse impresso, enviado a todas as autoridades e afixado nos lugares públicos.

Estava pois bem recente a recordação dos textos da aliança, reavivada apenas, porque ela nunca deixou de ser considerada pelo povo português como uma das bases de desenvolvimento da nacionalidade. Ninguém em Portugal ignorava o compromisso desde longos séculos tomado entre os dois países, e que mais uma vez se acentuara com tam solenes declarações, e o Governo Português só tinha de inspirar-se nos deveres e nos sentimentos nacionais, como o Governo Britânico não podia esquecer essa velha aliança que fôra, durante largo tempo, a única a que se encontrara ligado. Por isso, quando, em 5 de Agosto, a Inglaterra ficou em estado de guerra com a Alemanha, imediatamente se assentou na abstenção de qualquer declaração de neutralidade portuguesa. Na sessão de 7 de Agosto de 1914, o Governo Português convocava o Parlamento para lhe pedir que o habilitasse com as faculdades necessárias para fazer face às dificuldades que internamente pudessem surgir como conseqüências da guerra, e, em relação à situação externa, aí lia o Sr. Dr. Bernardino Machado, então Presidente do Ministério, a seguinte declaração, que foi unânimemente sancionada pelo Parlamento e en-

tusiásticamente sublinhada pelas manifestações da opinião pública:

«Logo após a proclamação da República todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade que deveras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a quo em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que este Governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolúvelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do povo português».

De 7 a 24 de Agosto de 1914 a Alemanha

prepara contra nós o primeiro cobarde acto

Foi este o primeiro documento official, público, da attitude do Portugal perante o conflito europeu. Não se declarou a neutralidade; affirmou-se, pelo contrário, o propósito seguro e decidido de cumprir todos os deveres de aliança com uma das nações em guerra, «deveres a que em circunstância alguma faltaríamos». O compromisso de auxiliar a Inglaterra, em tudo quanto nos fôsse possível, ostava contido nessa declaração, em que se assegurava uma lialdade absoluta à aliança livremente contraída, e na qual os dois países se obrigam a mutuamente se coadjuvarem nas horas do perigo. Não podia a Alemanha alegar ignorância das disposições em que Portugal se encontrava, e que officialmente, no Parlamento, o seu Governo havia expressado. Não as ignorava o seu representante em Lisboa, o por isso a nota da declaração de guerra propositadamente adultera os factos quando apresenta as facilidades e auxílios que dispensámos à nossa aliada até esse momento como uma prova de deslialdade em relação à Alemanha e um testemunho de vassalagem em relação à Inglaterra. Portugal procedeu para com a Inglaterra como a Inglaterra procederia para com Portugal em idênticas condições, isto é, cumprindo fiel-

mente os deveres duma aliança que por igual obriga e nobilita os povos que a contraíram, e que desassombadamente a invocarão sempre, sem que, nem por sombras, procurem iludir as suas responsabilidades ou eximir-se às conseqüências, quaisquer que elas sejam, que do cumprimento desses deveres lhes resultem.

Tomado o compromisso solene de 7 de Agosto de 1914, elle não significou, porém, que tivéssemos em mira hostilizar a Alemanha. Como dêsse compromisso se concluía, Portugal ficava numa expectativa. Afirmara os seus sentimentos, declarara que mantinha, em todos os seus termos e cláusulas, a aliança que o ligava a um dos países em luta, mas os acontecimentos da guerra, a invocação dessa aliança, é que decidiriam a sna acção. A nota da declaração de guerra alude, como a um dos agravos feitos por Portugal à Alemanha, às expedições que foram enviadas à África, e a primeira das quais começou a organizar-se logo nos primeiros dias de guerra, acrescentando que se disse então abertamente que ella era dirigida contra os alemães. Não há nenhuma declaração official nesse sentido. Essas tropas partiram como reforço às guarnições militares das nossas colónias de Angola e Moçambique, limítrofes de presumíveis theatros de guerra. O pensamento do Governo Português, que seria o de todos os governos, em condições semelhantes, mesmo neutrais, foi um pensamento preventivo, baseado na defesa dos nossos territórios. Não tardou muito que os factos claramente demonstrassem que êsse pensamento não obedecia a um infundado receio, mas sim a uma previsão segura, que o aggressivo temperamento alemão plenamente justificava.

Dezanove dias apenas tinham decorrido desde que a Alemanha estava em guerra com a Gran-Bretanha, e no dia 24 de Agosto de 1914, em regiões afastadissimas dos campos de batalha da Europa, onde a sorte da guerra se tem de decidir, um posto português da África Oriental, situado no norte da colónia de Moçambique, e fronteiro da colónia alemã, o posto de Maziua, era traçoicamente atacado, de madrugada, por uma força germânica, composta de cipais e vários auxiliares armados. O chefe do posto, surpreendido no leito, foi morto a tiro, quando saía do seu quarto, despertado pelo ruído do assalto, não sofrendo a mesma sorte a pequena guarnição dêsse posto porque conseguira fugir para o mato, reconhecendo a desproporção das suas forças em presença do número

dos assaltantes. Os alemães entraram no pòsto, apoderaram-se de todos os valores que lá encontraram, o em seguida incendiaram-o. O mesmo fizeram às palhotas anexas e até a uma pequena povoação próxima. Foi tudo pasto das chamas.

O sangue de portugueses foi derramado sem
que os alemães houvessem sido hostilizados —
Factos eloquentes * * * * *

Estava derramado o nosso primeiro sangue, e quem o derramava eram os alemães, sem que Portugal os houvesse hostilizado. Os alemães continuavam em território português, fazendo os seus negócios, vivendo desafogadamente, quer na metrópole, quer nas ilhas e colónias, sem que ninguém os importunasse ou agredisse. O Ministro da Alemanha permanecia tranquilamente em Lisboa, sem que o seu Governo fizesse reparo à declaração parlamentar de 7 de Agosto, o que aliás era natural, porque a Alemanha bem sabia que éramos aliados da Inglaterra, e por isso havíamos de respeitar e cumprir, em qualquer eventualidade, os deveres da aliança. Nem seria a Alemanha, que, invocando uma aliança, entrara na guerra, quem pudesse estranhar, sequer, que os outros povos às suas alianças se mantivessem fiéis. Todavia, breve se reconheceu que o ataque ao pòsto do Maziua obedecia a um plano destinado a executar-se logo que um conflito se estabelecesse entre o seu país e Portugal ou a Inglaterra, porque da Inglaterra Portugal era aliado. Não é crível que um pequeno núcleo de alemães tomasse, sem nenhuma espécie de hostilidade manifestada pelos seus vizinhos, uma iniciativa tam grave, se não estivessem certos de que do plano de conquista do seu Governo fazia parte a invasão das nossas colónias. Os assaltantes possuíam fotografias do pòsto de Maziua. Haviam conseguido obtê-las anteriormente, o não lhes fôra isso difficil porque como amigos se apresentavam, acalentando já no íntimo os projectos da traição e da chacina. Desencadeada a guerra, elles pensavam na invasão das nossas colónias, e esse pensamento ainda mais so patenteou pouco depois nas incursões de Naulila e de Cuangar. Não puderam levar por diante os seus propó-

sitos, mas ficou bem marcada a sua intenção, demonstrando qual seria a sorte das nossas colónias africanas se porventura a vitória coroasse os desígnios imperialistas da Alemanha.

O sangue português correrá primeiro do que o alemão. Os processos que os alemães contra nós empregaram na África, sem que os hostilizássemos, eram os mesmos que tinham empregado na Europa: a cilada, a traição, a matança, o incêndio e o saque. Renovaram a sua tentativa de incursão em 19 de Outubro, na fronteira de Angola, em Naulila, onde o bravo alferes Sereno lhes não consentiu que impunemente a realizassem. Para se vingarem, atacaram dias depois, em 30 do mesmo mês, a fortaleza de Cuangar, manifestando uma ferocidade sem limites. Alta noite, de surpresa, como em Maziua, entraram no forte e massacraram a guarnição, escapando só um cabo e duas praças indígenas, que conseguiram ocultar-se. Um comerciante que se encontrava no forte foi igualmente vítima do furor canibalesco dos alemães. Ao tenente Machado, amarraram-lhe uma corda ao pescoço, puxaram-o para fora do seu quarto, e como êle pedia que o não torturassem, antes o matassem, prostraram-o com baionetadas no ventre. O tenente Durão foi morto em trajos menores, quando se levantava sobressaltado pela confusão do ataque. Tiveram a mesma sorte um sargento e muitas praças europeias e indígenas. Ao mesmo tempo uma metralhadora fazia fogo sobre o pòsto, do outro lado do rio. E é de reparar que, dias antes, portugueses e alemães tinham confraternizado em um almôço, onde ficára combinado advertirem-se lialmente se ordens recebessem no sentido de abrir hostilidades.

Como em Maziua, os alemães saquearam tudo o que havia na fortaleza, não escapando o que pertencia ao comerciante assassinado. Mandaram arrazar o forte pelo gentio que os acompanhava, e trataram de prosseguir na sua obra de destruição. Marcharam pelo território português, levando tudo a ferro e fogo. Atacaram o pòsto de Bunja; queimaram o pòsto de Sâmbio; arrasaram o pòsto de Dirico, atacando-o com duas metralhadoras; tomaram o pòsto de Mucusso, aprisionando os soldados que lá se encontravam, mas que depois conseguiram fugir, com excepção apenas de dois. Êste pòsto foi também arrasado. Só não se atreveram a atacar o pòsto de Cuana-val, porque sabiam que a sua guarnição estava em condições de lhes resistir.

São estes os factos, positivamente de guerra, e demonstrativos da hostilidade alemã, desde os inícios da conflagração europeia, que cumpre contrapor às alegações da nota do Governo Imperial, na qual a Alemanha procura inculcar-se como vítima do nosso espirito agressivo.

O ex-ministro alemão em Portugal deturpou
a verdade: Portugal, ao contrário do que ele
disse, nunca escondeu o seu apoio à Inglaterra

Entretanto, na metrópole, mas sem que esses factos pudessem ter exercido qualquer influência nos sucessos de Africa, acima descritos—e as datas o comprovam—os acontecimentos iam seguindo uma evolução natural, que a gravidade da guerra estabelecia o justificava. No dia 28 de Setembro, um navio de guerra inglês, o *Argonaut*, vinha a Lisboa saudar, por ordem do seu Governo, a bandeira portuguesa, e, decorrida apenas uma semana, no dia da festa nacional, em 5 de Outubro, um navio de guerra da França, o *Dupetit Thouars*, igualmente por ordem do seu Governo, e para o mesmo fim, veio também espontaneamente ao nosso porto, testemunhar as suas homenagens a Portugal, aliado da nobre nação, que ao lado da França combate desde os primeiros recontros com os alemães. Diz a nota da declaração de guerra, apresentada pelo Sr. Rosen, que «o Governo Português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade». O Governo Português prestou sempre à Inglaterra, em conformidade com os deveres da aliança e com a declaração de 7 de Agosto de 1914, os auxilios e facilidades que o Governo Britânico lhe solicitou. Mas nunca o fez subrepticamente, traiçoeiramente; fê-lo sempre com lialdade e desassombro. A neutralidade nunca foi declarada por Portugal; nunca existiu. «Não abastecemos de carvão os navios alemães; os navios de guerra ingleses permaneceram nos nossos portos; entregamos um caça-torpedeiros à Inglaterra». Esses factos e outros que a nota alemã aponta, só poderiam ser imputados a Portugal como uma incorrecção ou uma deslialdade se o Governo Português tivesse declarado a sua neutralidade. Ora, pelo contrário, a solidariedade com a Inglaterra fôra oficial-

mente aprovada no Parlamento, pela declaração de que nunca faltariamos aos deveres da aliança, que devíamos e queríamos cumprir, mesmo à custa dos maiores e mais dolorosos sacrifícios.

O Governo Português facultou à Inglaterra todo o auxílio, toda a cooperação de que ela careceu — acedendo sempre do melhor grado aos seus convites. Sustentou e inalteravelmente, sem hesitações nem receios, o claro e lial compromisso tomado. Nunca a nossa aliada recorreu ao esforço, à solidariedade de Portugal, que o não encontrasse singelamente, mas firmemente, ao seu lado. Deu-lhe o seu concurso moral e o seu concurso material, e tam disposto se mostrou a dispensar-lhos em toda a latitude dos seus recursos, que, logo nos meados de Outubro de 1914 — como o chefe do Governo que então se encontrava no Poder, o Sr. Dr. Bernardino Machado, mais tarde o acentuou na declaração ministerial de 2 de Dezembro dêsse ano — uma missão oficial de militares portugueses partiu, em virtude de negociações anteriores, para Londres, onde conferenciou com os altos representantes do exército inglês sôbre a nossa solidária acção na campanha.

Foi essa missão recebida com os primores da mais viva simpatia, e, no acolhimento dispensado aos illustres oficiais que a compunham, bem claramente ficou demonstrado o justo aprêço em que eram tidos os nossos bravos soldados. O grande e malogrado Ministro da guerra inglês, general Kitchener, dêsse aprêço deu testemunho em carta dirigida ao Ministro da guerra português, general Pereira de Eça, acêrca dos trabalhos dessa missão, que também em França, onde esteve depois da sua ida a Londres, foi alvo de distinções que justificadamente desvaneceram o nosso país.

A situação de Portugal perante o conflito europeu tomava o aspecto que era de prever em face do compromisso estabelecido na declaração de 7 de Agosto. Por isso, o Governo Português, no dia 23 de Novembro de 1914, outra vez se apresentava ao Congresso da República, para lhe comunicar a nova fase a que a situação internacional chegara. Nessa sessão, o Sr. Dr. Bernardino Machado, Presidente do Ministério, apresentou a seguinte proposta de lei:

«É o Poder Executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional,

quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providências extraordinárias que as circunstâncias de momento reclamem».

A seguir, o Sr. Presidente do Ministério leu, em complemento da sua proposta, esta nota elucidativa, redigida por acôrdo entre os Governos Português e Inglês:

«Logo no principio da guerra, Portugal afirmou espontâneamente que estava pronto, como aliado da Gran-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O Governo Inglês, apreciando altamente este claro testemunho de cordeal solidariedade, convidou, com entranhável reconhecimento, o Governo Português a contribuir do facto, consoante entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar. E por este modo os dois Governos assegurarão os fins da aliança, há séculos já subsistente entre as suas nações, e cuja manutenção tanto é do interesse comum duma e doutra».

O Parlamento saudou, com aplausos, a leitura desta nota, e a proposta do Governo foi aprovada.

O combate de Neulila, o afundamento de navios
portugueses e outras agressões germánicas *

A cooperação bélica de Portugal ficou assim decidida, não se especificando, porém, o local em que se exerceria, e dependendo necessariamente a data dessa cooperação da organização militar a que o Governo Português immediatamente resolveu proceder. A falta de material com que lutava o nosso exército, as deficiências da sua organização, que o país inteiro conhecia, e que resultavam do facto de durante longos anos se ter lamentavelmente descuido o problema militar em Portugal — problema a quo as novas instituições portuguesas, logo após o seu advento, procuraram dar uma solução verdadeiramente nacional — tornavam manifestamente difficil, num breve prazo, a constituição de efectivos, convenientemente habilitados a entrar numa guerra em que milhões de homens lutam

com os mais aperfeiçoados e formidáveis instrumentos de guerra. O Governo Português, porém, lançou imediatamente ombros a essa empresa, e pode afoitamente afirmar-se que há muito já as nossas tropas combateriam junto dos seus aliados na Europa, se novos o mais graves acontecimentos, ocorridos em África, o não levassem a fazer derivar para ali o nosso esforço imediato.

Com efeito, em 18 de Dezembro desse mesmo ano, pouco mais de um mês após a sessão parlamentar em que fôra resolvida em princípio a cooperação militar do Portugal na guerra, dava-se um sangrento combate em Naulila, entre as tropas expediçôuárias comandadas pelo coronel Roçadas o as forças alemãs da Damaralândia. Mais uma vez os alemães atravessaram a nossa fronteira de Angola, para uos atacar, tendo, também, provocado a insurreição entre os indígonas submetidos à nossa soberania. Travou-se combate, retirando, por fim, as tropas portuguesas, mas a vitória esteve indecisa, e foi tam precária, que os alemães não prosseguiram na sua marcha, voltando apressadamente aos seus territórios. De altos feitos de valor, praticados por oficiais o praças portuguesas nessa acção, ignalmente teve o país, segundo verídicas informações, o mais amplo conhecimento.

O combate de Naulila não teria sido mais do que um incidente da guerra africana, e as nossas tropas preparavam-se para renovar a luta, até a invasão da colónia alemã o o desbarato dos seus defensores, so os rápidos progressos das forças sul-africanas, que combatiam os alemães da Damaralândia os não levassem a uma capitulação tam completa o tam rápida que não deu tempo a quo as forças portuguesas tomassem sôbro eles a desforra de todos os seus ataques. Sob a direcção do general Pereira de Eça, que substituiu no comauo da expedição o coronel Roçadas, as nossas tropas occuparam-se em reprimir a insurreição dos Cuanhamas, fomeutada pelos alemães, sendo ela completamente debelada e rigorosamente punida.

No ano de 1915, apesar dos incidentes de ordem interna que o assinalaram, os trabalhos da organização militar proseguiram por forma a deixarem alimentar a fundada esperança do que Portugal em breve possuiria um exército digno das suas tradições o do lugar que occupa na Europa. Essa tarefa não cessou ainda, embora o Governo Português já hoje possa assegurar ao país, com a satisfação de um dever cumprido, que êle possui

actualmente a força necessária não só para a defesa do solo pátrio como também para honrar os cumprimentos de uma aliança, que só por êsse facto se encontra altamente valorizada.

Entretanto as aggressões germânicas não cessavam, embora o Governo Imperial, fingindo ignorar o que em África se passara, continuasse a manter em Lisboa o seu representante. No dia 3 de Abril, o vapor *Douro* foi ou metido a pique por um submarino, ou afundado por uma mina alemã, quando vinha em viagem de Cardiff para o Pôrto. Em fins de Maio, outro navio mercante português, o *Cisne*, foi igualmente afundado à entrada da Mancha. A êste, um submarino alemão torpedeou-o depois de reconhecer a sua nacionalidade portuguesa, de ter apreendido os víveres que o navio conduzia, e de ter intimado a tripulação a abandoná-lo.

A utilização dos navios alemães foi um dever
a que a situação económica de Portugal obri-
gou o Governo * * * * *

O que o Governo Português não podia evitar, nem governo de nenhum país, nas suas condições, o poderia fazer, é que se sentissem dolorosamente entre nós, como nas nações em guerra ou neutrais da Europa se sentem também, as tremendas conseqüências económicas da guerra. Sobretudo elas produziram um extraordinário encarecimento da vida, agravando de preferência as condições das classes mais desprotegidas da fortuna e pelas quais os governos mais zelosamente devem olhar. Dependentes da navegação estrangeira pela deficiência da nossa marinha mercante; tendo essa navegação decrescido, em virtude dos perigos nas travessias em mares infestados de submarinos alemães, e havendo a falta de tonelagem elevado excessivamente o preço dos transportes, não só as nossas importações como a vinda dos produtos coloniais se encontraram profundamente prejudicadas. Era dever do Governo suprir essa deficiência, lançando mão dos meios precisos para êsse fim. Um deles necessariamente se impunha: a utilização dos navios alemães.

Desde o começo da guerra estavam immobilizados nos

nossos portos algumas dezenas de navios alemães, e que neles se haviam refugiado quando a guerra irrompera. Durante ano e meio, apesar de progressivamente se terem ido avolumando as dificuldades dos transportes, o de, por via delas, se ter agravado extraordinariamente a situação económica do país, o Governo Portuguez evitou utilizar-se d'elles, embora uma crescente necessidade pública lho sugerisse, o nosso direito, interno e convencional, a isso plenamente o autorizasse, e as sucessivas agressões alemães o justificassem. Chegou-se, porém, a um momento em que já não era possível, nem se poderia explicar, que esses navios permanecessem imóveis quando o país inteiro se debatia com uma temerosa crise de subsistências. Coincidia ainda com essa imperiosa necessidade do país, um não menor interesse da parte da nossa aliada, em que a tonelagem desses navios voltasse à circulação mercantil e a ela pudesse também aproveitar, representando assim mais um daqueles auxílios que Portugal, pelos deveres da sua aliança, e em conformidade com a sua declarada attitude, desde o princípio da guerra, jamais deixou de lhe prestar, sempre que lhe foram solicitados.

Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens à nação que a Alemanha considera o seu mais odiado inimigo, poderia ser malévolaemente tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo portuguez que já sofrera os seus bárbaros ataques. Na prevenção de tal eventualidade, componetando-se inteiramente das responsabilidades que connosco ia assumir, o Governo Inglês dirigiu ao Governo Portuguez, em 17 de Fevereiro de 1916, por intermédio da Legação Britânica em Lisboa, a seguinte solicitação:

«Tendo resultado sérias dificuldades para o comércio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran-Bretanha, como também nos países que mantêm com ela boas relações, e tendo Portugal, desde o início das hostilidades, mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o Ministro de Sua Majestade tem ordem, em nome do Governo de Sua Majestade, de instar com o Governo da República, em nome da Aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portuguezes, que serão utilizados para a

navegação comercial portuguesa, e também entro Lisboa e os demais portos que se determinarem por acôrdo dos dois Governos».

No dia 23 do Fevereiro, o Govêrno Português requiritava, com effeito, os navios alemães fundeados nos portos nacionais.

Uma nota impertinente da Alemanha acusa de

«singular quebra de direito» a requisição dos

barcos boches * * * * *

O acto da requisição dos navios alemães teve de ser realizado duma maneira rápida e segura pelo receio de que os seus tripulantes os deteriorassem. Que não era injustificado êsse receio prova-o o facto de nenhum dêsses navios ter deixado de sofrer avarias propositadas, que só não se tornaram irreparáveis pela precipitação com que foram cometidas. Ainda antes de se saber que essa requisição daria origem à declaração de guerra, já êsses testemunhos de hostilidade se produziam. Entretanto, o Govêrno Português nenhuma represália tomou para com os seus autores.

No mesmo dia em que a requisição dos navios se effectuava, o Govêrno Português dirigiu ao seu representante em Berlim um telegrama em que o encarregava de comunicar essa resolução ao Govêrno Imperial, declarando-lhe ao mesmo tempo que a questão de direito fôra regulada num diploma legal que definia a situação das tripulações, a questão das indemnizações, etc. Porém, quatro dias depois, o Sr. Rosen, Ministro da Alemanha em Lisboa, dirigia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota em que qualificava de singular quebra de direito e acto de fôrça a requisição dos navios alemães, solicitando, em nome do seu Govêrno, a immediata revogação daquela medida.

A resposta a esta nota foi enviada pelo Govêrno Português ao nosso Ministro em Berlim para dela dar immediato conhecimento ao Govêrno Alemão. O Govêrno Português acentuava que os navios alemães, immobilizados há mais de dezóito meses nas águas territoriais portuguesas, deviam ser considerados como abrangidos pelo prin-

clípio geral do «domínio eminente», estando assim Portugal justificado de exercer sôbre elles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sôbre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja o direito de usar dela sempre que as necessidades do país o exigirem. Recordava que de modo semelhante procedera o Govêrno Italiano, sem protesto do Govêrno Imperial, requisitando os navios alemães que nos portos da Itália se haviam refugiado. Acrescentava que os proprietários dos navios seriam indemnizados em devido tempo; que o procedimento do Govêrno se baseava na lei de 7 de Fevereiro, base 10.^a, e que o artigo 2.^o do tratado de comércio e navegação entre Portugal e a Alemanha só se restringia a requisição dos navios em trânsito, ou, quando também abrangesse a dos navios fundeados, as suas disposições só obrigariam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, o que no decreto da requisição dos navios se fizera. Por todos estes fundamentos jurídicos, o Govêrno Português não podia modificar o seu acto.

Ao mesmo tempo, porém, o Govêrno Português incumbia ainda o seu representaute em Berlim de, se essas razões não fôsem atendidas, arguindo o Govêrno Alemão o nosso país de quebra de neutralidade, lhe acentuar firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões jurídicas expostas como pela impropriedade da expressão, porque logo no comêço da guerra, em 7 de Agosto de 1914, o Govêrno da República Portuguesa declarava, com aplauso unânime do Parlamento, que em circunstância alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra, e os Govêrnos estrangeiros, incluindo o Alemão, tanto acataram os sentimentos de pura lialdade que nos ditavam essa attitude que todos mantiveram aqui os seus representantes.

Como surgiu a declaração de guerra a Portugal
e como a Alemanha procurou apresentar-se
com ares de «vitima» * * * *

Foi a esta comunicação que o Govêrno Imperial respondeu, em 9 de Março de 1916, com a nota da declaração de guerra, entregue pelo Sr. Rosen no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nesse longo e arrogante documento, que tauta ressonância teve e tam legitima indignação despertou em todo o país, e de que o Govêrno deu conta ao Parlamento na histórica sessão do Congresso da República de 10 de Março, o Govêrno Alemão fez uma lista dos actos por Portugal praticados e por êle considerados contrários a uma neutralidade, que nunca fôra declarada pelo Govêrno Português.

Referia-se à prohição do abastecimento de carvão aos navios alemães, ao consentimento da permanência dos navios de guerra iugleses nos nossos portos, à permissão da passagem de tropas britânicas por Moçambique, à utilização da Madeira como base naval, à entrega do caça-torpedeiros *Lis* à Inglaterra — tudo actos manifestamente conformes com as facilidades e auxílios que, em harmonia com os deveres da aliança, sollicitamente havíamos prestado à nação inglesa, consoante o seu Govêrno os julgava necessários. O Govêrno Alemão absolutamente faltava à verdade quando dizia que Portugal vendera canhões às potências da *Entente*, e não menos adulterava os factos, afrontando-nos indignamente, ao afirmar que os officiais e soldados alemães que acompanhavam o Dr. Schultz-Jena, à sua entrada em Naulila, a 19 de Outubro de 1914, ali haviam sido atraídos, declarados presos sem motivo justificado, e depois, em parte, mortos a tiro e os sobreviventes aprisionados. Esta afirmação nunca o Govêrno Alemão a estribou em qualquer prova, antes, pelo contrário, o que se provou foi a attitude hostil da parte da Alemanha. Outros pontos alusivos aos acontecimentos de África, e em que a Alemanha procurava apresentar-se como inocente vítima das nossas aggressões, embora todos êsses factos se houvessem dado quando os alemães se encontravam em território português, por êles invadido, ficaram já acima devidamente esclarecidos pela narrativa official dêsses mesmos acontecimentos. Sôbre a questão da requisição dos navios o Govêrno Alemão procurava rebater as razões jurídicas que o Govêrno Português alegara, tentando apresentá-lo como um violador do direito.

Com esta accusação, realmente singular da parte do Estado que invadiu a Bélgica, rasgando o tratado que garantia a sua neutralidade, e de que a Alemanha era uma das potências signatárias, e com o novo insulto de afirmar que Portugal só demonstrara a sua vassalagem à Inglaterra, acabava a nota apresentada pelo Sr. Ro-

sen declarando que o Governo Imperial se considerava dali em diante em estado de guerra com o Governo Português.

Tendo ouvido a leitura de todos êsses documentos, o Parlamento votou por unanimidade a seguinte moção, apresentada pelo Sr. Dr. Alexandre Braga:

«O Congresso da República, ouvidas as declarações do Governo, apoia o seu procedimento, e reconhece com êlo a oportunidade da constituição dum Ministério Nacional, que continue a salvaguardar a honra e os interêsses da Pátria, executando as deliberações do Poder Legislativo, conducentes a êsse fim».

Dias depois, com efeito, organizava-se, em conformidade com os votos expressos pelo Parlamento, um ministério de característica acentuadamente nacional, destinado a realizar a aspiração da união sagrada de todos os portugueses.

As operações militares na África Oriental—

A bravura tradicional da nossa marinha * *

Estava declarada a guerra, a que logo se seguiu o rompimento das relações diplomáticas com a Áustria. Natural e necessário era que a nossa solidariedade com as nações aliadas se estreitasse, entendendo-se o Governo Português com os Governos das mais importantes de entre elas. Era a primeira das conseqüências lógicas que o facto capital de 9 de Março devia produzir. Êsse entendimento effectuou-se, portanto. Fomos representados na conferência política e militar dos aliados, pueo depois realizada em Paris, pelo nosso Ministro em França, e a seguir, na conferência económica dos mesmos aliados, que também em Paris se effectuou, por delegados especiais que o Governo designou. Igualmente foi enviada a Londres uma missão oficial para conhecermos precisamente as disposições do Governo Inglês em relação ao nosso estado de guerra, e também para se resolvem várias questões, que já tinham sido objecto de negociações diplomáticas. Merecia especialmente a atenção do Governo o problema propriamente financeiro ou o estudo das faei-

lidades que Portugal teria em Londres para as operações externas de que o Governo viesse a carecer. Todavia a viagem a Londres dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros foi principalmente determinada por um honroso convite do Governo Britânico, ao qual não podíamos deixar de corresponder com a maior cordealidade e com o maior empenho, para mais estreitar as íntimas relações de amizade existentes entre os dois países.

Entretanto, as operações militares iniciavam-se, depois da declaração de guerra, na África Oriental, com a reconquista de Kionga que a Alemanha, em 1894, afrontosamente nos usurpara. Retomada Kionga, as operações seguiram para a invasão do território inimigo. As tropas portuguesas atravessaram o Rovuma, depois de sangrentos combates, e, varrendo sempre o inimigo, penetraram na colónia alemã até o forte de Newala. Um desses fluxos o refluxos que tem sido a característica da guerra actual levou os nossos soldados a ceder momentaneamente algum terreno, mas a guerra em África prossegue vantajosamente, e é legítima a esperança que o Governo Português alimenta do que em breve as nossas tropas recuperarão todo o terreno que tiveram de abandonar por um incidente de campanha, e farão novos avanços, batendo completamente os alemães no seu próprio território, e hasteando ali, definitivamente vitoriosa, a bandeira de Portugal.

Por sua parte, a Alemanha não nos poupa. Logo que se declarou a guerra, foram encontradas minas espalhadas pelo inimigo mesmo à entrada do porto de Lisboa. Não conseguiram os alemães os seus desígnios pelo esforço da nossa intrépida marinha que, apesar do restrito número dos seus navios, constantemente vigia pela nossa segurança, tendo conseguido que até agora nenhum ataque se desenhasse contra as costas do continente. Dessa bravura tradicional o constante foi exemplo o feito realizado pela pequena canhoneira *Ibo*, repelindo, no mar largo, o ataque dum submarino alemão. Todavia, os acontecimentos recentes da perseguição do *Machico*, do ataque ao Funchal do torpedeamento da barca *Emília*, do afundamento dalguns navios portugueses, em viagem, e da tentativa contra S. Vicente de Cabo Verde, em cujo porto um submarino inimigo conseguiu introduzir-se, no dia 4 de Dezembro último, sendo repellido pelas canhoneiras portuguesas que ali se encontram, auxiliadas pela artilharia de terra, provam bem que o furor da

Alemanha contra nós pode ser impotente em muitos casos, mas em todos aqueles em que com eficácia se pode exercer nunca deixa de saciar-se com bárbara tenacidade.

A Inglaterra e o seu apoio financeiro a Por-
tugal — Far-se hão tantos empréstimos quantos
forem necessários * * * * *

Regressando do Londres os Ministros que ali haviam ido em missão do Governo Português, foi convocado o Parlamento para o dia 7 de Agosto, a fim de ser presente ao Congresso da República o resultado dessa missão. O Ministro das Finanças relatou os acordos a que se havia chegado com o Governo Inglês acerca da cedência dos navios ex-alemães e sobre a questão financeira, relativa à guerra. Decidiu-se alugar a uma comissão representante do Governo Inglês todos os navios que não nos fôsem precisos para as nossas urgentes necessidades, voltando êssos navios ao nosso dominio logo que cessem as circunstâncias especiais determinadas pela guerra. Assim se acautelou a nossa aspiração de possuirmos uma importante marinha mercante, aproveitando os perigos o riscos que a guerra nos acarreta.

Quanto à questão financeira, sob o ponto de vista da guerra, o Governo Inglês concordou em que se comunicasse ao Parlamento a seguinte nota:

«O Governo Inglês combinou com o Governo Português fazer-lho tantos empréstimos quantos forem necessários para o pagamento de todas as despesas que, para fins directamente relacionados com a guerra, os dois Governos concordem que é necessário efectuar na Gran-Brotanha ou, excepcionalmente, noutros países aliados. O Governo Inglês fará estes empréstimos ao Governo Português nas mesmas condições em que levanta dinheiro do tempos a tempos por bilhetes do Tesouro. O total emprestado ao Governo Português será por êste pago ao Governo Inglês dentro de dois anos, a contar da assinatura do tratado da paz, com o produto dum empréstimo externo, que

será negociado por Portugal e para cuja emissão o Governo Inglês dará todas as facilidades possíveis».

Por seu turno, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, depois de acentuar as notáveis demonstrações de estima que a grande Nação aliada prestou aos representantes do Governo Português, leu ao Congresso da República o seguinte documento em que o Governo Britânico convida Portugal a tomar um lugar na guerra europeia junto dos aliados:

«Os Srs. Afonso Costa e Augusto Soares, Ministros Portuguezes das Finanças e Negócios Estrangeiros, confirmaram, em conversação com o principal Secretário do Estado de Sua Majestade para os Negócios Estrangeiros, o facto de Portugal, pelas decisões do seu Parlamento e pelo unânime sentimento do seu povo, se ter invariavelmente colocado ao lado da Gran-Bretanha. Portugal sentiu que, acima de tudo, devia proceder como antigo aliado da Gran-Bretanha, para o que tem estado e continuará a estar pronto. Portugal deu provas disso em todas as ocasiões, e especialmente quando os navios alemães foram requisitados, facto que conduziu à declaração de guerra pela Alemanha a Portugal. O Governo de Sua Majestade plenamente reconhece a lealdade de Portugal e a assistência que já lhe está dando, e cordialmente o convida a uma maior cooperação militar ao lado dos aliados na Europa, em tanto quanto elle se julgue capaz de a prestar. A comissão de guerra está sendo consultada com respeito às providências que serão propostas para assentar nos preparativos necessários para esse fim».

A seguir à leitura destes documentos, foi apresentada pelo Sr. Correia Barreto a seguinte moção, a que o Congresso deu a sua aprovação plena:

«O Congresso da República, em consequência e execução das suas deliberações de 7 de Agosto e 23 de Novembro de 1914, e 10 de Março de 1916, e em atenção aos altos interesses nacionais, resolve dar plena satisfação ao honroso convite

que o Governo de Sua Majestade Britânica fez, em 15 de Julho último, ao Governo da República Portuguesa para uma maior cooperação militar de Portugal na Europa, e mantém, para êsse efeito, ao Poder Executivo, as faculdades anteriormente concedidas».

Uma saudação calorosa às tropas que vão par-

tir—O Governo confia na intrepidez e no pa-

triotismo do exército * * * * *

Eis os factos que precederam a declaração de guerra. Eis os factos que, até agora, foram suas consequências. Logo após a apresentação dos documentos que precedem ao Parlamento, o Governo Português tratou de efectivar a participação de Portugal na guerra europeia. Mobilizou-se o exército, procedendo-se à instrução intensiva das forças que devem seguir para êsse fim. A partida do primeiro corpo expedicionário vai-se efectuar. Pela primeira vez, de há cem anos a esta parto, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa.

Pela exposição clara dos factos que nos levaram à guerra, e que da guerra são já a consequência necessária, o país inteiro fica sabendo que a honra da Pátria se manteve imaculada em toda esta longa situação internacional que neste momento chega à mais grave, mas também à mais gloriosa das suas fases. Percorrendo as páginas da sua história, o povo português encontrará títulos de nobreza justificados em acções brilhantes que lhe asseguram a imortalidade. A essas páginas, porém, acrescentará aquelas em que se fixa a sua attitude actual, tomada em face dos maiores perigos que, sem dúvida, podem ameaçar uma nacionalidade, mas que também lhe asseguram as compensações do heroísmo, da dignidade e da lialdade reconhecidas pela humanidade presente como o serão pela posteridade justiceira.

Numa seqüência de lógicas attitudes, manifestou-se, sempre pura e decidida, a integridade moral da Nação. Foi essa a preocupação dominante do Governo Português que, de frente bem alta, se apresentou constantemente perante amigos e inimigos, dando a todos as pro-

vas da mais absoluta lialdade, porque nem a uns faltou à mínima parcela de fidelidade nos compromissos nacionais, nem perante os outros jámais procurou esquivar-se a nenhuma responsabilidade dos seus actos. O Governo Português aguarda, sereno, os juizos da história, porque tem a consciência de que foi o mandatário da nação e o zeloso depositário da sua honra.

É cedo para apreciar as possíveis vantagens da atitude que Portugal assumiu perante a conflagração europeia. Elas dependem da marcha dos acontecimentos. Uma, porém, lho ostá já plenamente assegurada. É a de se ter afirmado um povo digno das tradições do seu passado e das esperanças do seu futuro, digno da sua liberdade e da sua independência, digno da nobre civilização a que pertence e em que o direito e a justiça são noções sagradas e invioláveis. Esta guerra começou pelo espectáculo, patenteado ao mundo inteiro, duma das maiores potências do globo, calcando aos pés um tratado que ella assinará, para invadir um país e traçoicamente assaltar outro, chamando depois a esse tratado «um farrapo de papel». Será para Portugal um braço de glória que ninguém jámais lho arrancará, o espectáculo que esta pequena nacionalidade dá ao mundo, considerando o tratado de aliança, que a liga há seis séculos a uma nação amiga como um elo de bronze que nem a acção do tempo nem as violências dos homens podem quebrar.

Não somos levados nem pela ânsia de conquistas, nem pela sêde de recompensas. O superior interêsse que nos guia, além da afirmação espiritual que nos orgulha, é o de tornarmos ainda mais sólida a nossa aliança com a nobre Nação inglesa, que nos tem acompanhado sempre pela história fora, cimentá-la com os nossos esforços e os nossos sacrificios, valorizá-la e engraudecê-la, engrandecendo-nos e valorizando-nos a nós próprios. Já se chamou a esta guerra a guerra das pequenas nacionalidades, e é certo, porque o imperialismo alemão ainda não soube senão esmagar pequenos povos. Portugal é uma dessas pequenas nacionalidades, com profundas raízes históricas e um património colonial conquistado à custa de heroísmos de quo a humanidade largamente aproveitou. Portugal defende a sua vida e defende o seu património. Para isso derramará o seu sangue até a última gota.

O Governo Português saúda os soldados que vão partir. Saúda o exército e a armada, em cujo patriotismo e intrepidez repousa a segurança da Pátria. Saúda o País.

A honra de o representar neste momento culminante da existência nacional basta para o compensar das agruras da missão que lhe tem sido dado desempenhar.

Presidência do Ministério, 17 de Janeiro de 1917.—*António José de Almeida—Brás Mousinho de Albuquerque—Luis de Mesquita Carvalho—Afonso Costa—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—Vitor Hugo de Azevedo Coutinho—Augusto Luis Vieira Soares—Francisco José Fernandes Costa—Joaquim Pedro Martins—António Maria da Silva.*

